

Reflexões a partir do VI EnCult

Culturas em contato: mediação em contextos de migração

Culturas em contato: mediação em contextos de migração

Andrea Kahmann (UFPel)
Angela Erazo (UFPB)

O eixo temático *Culturas em contato: mediação em contextos de migração* foi proposto com o objetivo de estimular discussões transdisciplinares, haja vista que a cultura não pode ser apreendida por meio de abordagens teóricas muito específicas. Ainda assim, é possível dizer que, em grande medida, os trabalhos propostos superaram as expectativas da organização. Um dos trabalhos submetidos a esse eixo, por exemplo, discutia a literatura de Assia Djebar (1936-2015), argelina que migrou para a França ainda muito jovem. Maria Rennally Soares da Silva, a autora, abordou o romance *Nulle part dans la maison de mon père*, de Djebar, analisando o entrelugar franco-argelino como um espaço de mediação intercultural. Outro trabalho, o de Cristian Cláudio Quinteiro Macedo, propôs-se a apresentar a propaganda incentivadora da migração de populações francófonas ao Brasil no século XIX. Inscrevendo-se no grande campo da história da tradução, a pesquisa de Macedo abordou a perspectiva de Brasil disseminada pelos textos de propaganda em língua francesa e de promoção imigratória, discutindo complementarmente o papel da língua, da imprensa e a imagem do outro, tema que sempre desperta atenção pela curiosidade de se ver a si pela mirada estrangeira.

As demais propostas acolhidas pelo eixo versavam sobre a mediação intercultural e a tradução e interpretação comunitárias, relacionando-se com os contextos multilíngues e migrantes contemporâneos, frutos dos processos demográficos das últimas décadas. Essas propostas analisavam as diversas experiências, práticas e pesquisas em contextos migratórios e multilíngues destacando a variedade de atores envolvidos. Um objetivo não declarado na apresentação do eixo era a realização de um levantamento de iniciativas de tradução, interpretação e mediação linguístico-cultural em andamento nesse Brasil multilíngue ainda no aguardo da aprovação do Projeto de Lei 5182/2020, “que determina a obrigatoriedade de intérpretes e tradutores comunitários em instituições públicas de atendimento ao público”. Discussões sobre políticas linguísticas ou articuladoras de discussões sobre os usos da língua como um direito e iniciativas de mediação linguística como a coluna de uma sociedade mais justa, facilitando o acesso a serviços e contribuindo para o exercício de direitos eram, portanto, esperadas.

Relacionando-se com esses sentidos, o trabalho de Teresa Dias Carneiro, intitulado “Interpretação na entrevista de elegibilidade no processo de solicitação de refúgio” foi um dos que estimulou mais debates. A autora, que atua como intérprete voluntária do CONARE, o

Reflexões a partir do VI EnCult

Culturas em contato: mediação em contextos de migração

Comitê Nacional para Refugiados, traçou um interessante panorama sobre a atuação do Estado brasileiro nas diversas etapas de acolhimento a pessoas em situação de refúgio e do quanto ainda há por se evoluir na busca por uma sociedade mais inclusiva. Teresa Carneiro também apresentou as diferentes habilidades e estratégias de interpretação nas etapas da entrevista de elegibilidade de refúgio, evidenciando a necessidade de capacitação e profissionalização. Helida Araújo Ribeiro, por sua vez, apresentou a comunicação “Interpretação Forense: Instrumento de Garantia dos Direitos Linguísticos de Réus Estrangeiros”, detendo-se na figura do/a intérprete forense como garante dos direitos linguísticos de pessoas estrangeiras julgadas no Brasil. Já o trabalho de Brisa Duarte e Angela Erazo Muñoz, “Mediador Intercultural: atuação do profissional multidisciplinar em contexto de migração forçada” enfocou o/a profissional com perfil multidisciplinar para atuação na mediação cultural ou comunicação intercultural em contextos de migração forçada. Andrea Cristiane Kahmann apresentou “Tradução em tempos de crise”, uma revisão de bibliografia sobre tradução, interpretação e mediação cultural em tempos de “crise”, entendendo como tal a pandemia por covid-19, os eventos climáticos extremos e o recrudescimento dos conflitos internos em diversas nações que impulsionaram a crise migratória sem precedentes da contemporaneidade. Apresentando projetos desenvolvidos em universidades, Patrícia Chittoni Ramos Reuillard apresentou seu trabalho junto com Marina Waquil e Sandra Dias Loguercio: “Projeto MOBILANG/UFRGS: relato de experiência”, sobre a assistência linguística e a mediação transcultural em espanhol e francês prestada pela UFRGS em parceria com o projeto Mobilang, liderado por Sabine Gorovitz e sediado na UnB. Por outro lado, Ruan Marcelo dos Santos Silva apresentou, junto com Ana Berenice Peres Martorelli, Juliana Luna Freire, e Talita Severo Formiga, o trabalho “O Projeto *Refugiados e Migrantes na Paraíba: Acolher e Integrar*”, desenvolvido na UFPB, e que realiza campanhas de doação de roupas e alimentos, tradução gratuita de documentos, acompanhamento e orientação na revalidação de diplomas e aulas de ensino do Português como Língua de Acolhimento (PLAc), entre outras ações, todas focadas ao atendimento da população migrante em João Pessoa.

Das discussões realizadas nesse eixo é possível destacar que ainda são escassas, no Brasil, não só as ações de mediação cultural, mas as próprias discussões teóricas sobre o tema, que se relaciona significativamente e inclusive com frequência se confunde com os próprios Estudos da Tradução e da Interpretação. Tensionando a vagareza acadêmica, porém, impõe-se a triste realidade de que 1 a cada 69 pessoas do mundo está deslocada à força, segundo a Agência das Nações Unidas para os Refugiados. Nesse momento em que guerra, pandemia, catástrofes e todo tipo de crise se impõem, é urgente voltarmos nosso olhar às formas de o Estado comunicar-se com a sua cidadania e de criar instrumentos para empoderar as comunidades de línguas minorizadas. O direito dessas comunidades de, autonomamente, acessar informações e

Reflexões a partir do VI EnCult

Culturas em contato: mediação em contextos de migração

pleitear os serviços públicos constitui um dos principais pilares da democracia e certamente será objeto de sempre mais discussões, sobretudo quando aprovado o Projeto de Lei 5182/2020, sobre o qual mencionamos antes. Enquanto isso não ocorre, debates acadêmicos como o nosso permitem concluir que são indissociáveis as traduções voltadas para a comunidade, a interpretação nos serviços públicos e o ensino de português como língua de acolhimento a migrantes internacionais. E, a partir das estratégias de acolhimento de pessoas deslocadas à força talvez seja possível ponderar formas de aproximação da comunicação estatal às suas comunidades de línguas minorizadas estabelecidas há gerações no Brasil, um país multilíngue. Somente assim haverá o empoderamento das comunidades usuárias de línguas orais ou sinalizadas autóctones, como as muitas etnias indígenas, e alóctones, como as comunidades de línguas de migração que permanecem como herança cultural a ser protegida e registrada.